TRIBUNA DO BRASIL

Governo busca acordo com todos os moradores

14 SET 2005

Stefan Barth

O problema das invasões na orla do lago finalmente promete ter uma solução pacifica. O objetivo da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) é negociar com cada morador que teve irregularidades identificadas em seus lotes quais deverão ser as mudanças em seus terrenos, e dependendo do tamanho da irregularidade, o prazo e a forma com que as obras deverão ser desfeitas. "Nos faremos uma ação baseada no bom censo e de forma responsável, mas não daremos nenhuma concessão em relação a construções irregulares. Mas estamos notando um estado de pânico entre aqueles que têm irregularidades no terreno. Nós não iremos simplesmente derrubar suas casas, mas sim queremos que eles venham a nós para que possamos discutir as alterações que devem ser feitas", disse o secretário da Semarh, Antônio Gomes.

De acordo com dados da secretaria, das 684 moradias dos Lagos Sul e Norte, 524 foram visitadas por técnicos. Assim, foram constadas 182 moradias com construções irregulares, a maioria delas pequenas, como casas de cachorro e churrasqueiras. A minoria possui obras maiores, como quadras de esporte, casas para barcos, piscinas e casas para caseiros morarem. A regra para a obra ser regular ou não é que ela deve ser feita respeitando uma distância de 30 metros do Lago Paranoá.

Quase todas as 182 moradias com irregularidades já receberam Autos de Constatação, que avisa da irregularidade e da necessidade de se apresentar na Semarh. Para algumas entregas, foi necessária quase uma operação de guerra. "Esses autos devem ser entregues por funcionários do governo e em um condomínio não foi permitida a entrada dessas pessoas. Tivemos então que ir de barco fazer a entrega", explicou o secretario Gomes. Ainda assim, ele apontou uma "boa vontade em se regularizar" por parte dos moradores, já que 120 já compareceram na secretaria e 32 desmontaram espontaneamente o que estava irregular. Nos 62 casos em que multas eram cabíveis elas foram aplicadas, com valores que iam até R$ 2.800.

A maior multa aplicada, embora ainda não paga, foi ao secretário de Agricultura, Pedro Passos. Ela é de R$ 85 mil por este ter construído um muro lateral de cimento em sua propriedade. A construção deveria ser uma cerca viva, ou de tela, para permitir a passagem de animais silvestres da região. De qualquer forma, o secretario Antônio Gomes assumiu que as tomadas de área pública no Lago não foram invasões: "A maioria das obras foi feita por ignorância ou por confusão quanto às leis. Esse caso não pode ser comparado ao de Vicente Pires, onde existem muitas invasões, com pessoas destruindo matas ciliares e construindo sobre córregos e fontes", finalizou.

Hiram Vargas

Obras na orla do Lago devem respeitar distância de 30 metros da margem